

O PAPEL DO TERCEIRO SETOR NA QUESTÃO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL

Daniella Vieira dos Santos Saraceno*

RESUMO

Este artigo mostra uma visão geral do chamado Terceiro Setor como participante atuante no processo de desenvolvimento regional e local, apresentando os conceitos e noções básicas de desenvolvimento, desenvolvimento regional e local e do próprio Terceiro Setor, que teve origem no gigantismo e ineficiência do Estado para atender e lidar com as crescentes necessidades sociais e na incapacidade do mercado de incorporar questões sociais e ambientais. O artigo cita também as instituições integrantes do Terceiro Setor e expõe dois casos ilustrativos de entidades atuantes na Bahia.

Palavras chave: terceiro setor, desenvolvimento regional e local, instituições.

ABSTRACT

This paper shows a panoramic view of the so called Third Sector as an active participant in the regional and local development process, presenting the concept and basic ideas of development, regional and local development and the Third Sector itself, that was originated by the gigantism and inefficiency of the State to fulfill the growing social needs and the market incapacity to incorporate ambiental e social issues. The paper also presents the institutions integrating the Third Sector and shows two illustrative cases of actors entities in Bahia.

* Bacharel em Administração de Empresas pela UCSal, Pós-Graduada em Gestão Empresarial pela FGV e em Economia Baiana pela UNIFACS, trabalha na Agência de Fomento do Estado da Bahia - Desenbahia. daniella@desenbahia.ba.gov.br

Keywords: third sector, regional and local development, institutions.

1. INTRODUÇÃO

Uma das conseqüências das transformações econômicas tem sido a de expandir o setor informal da economia e nele as atividades do terceiro setor. A novidade está na estrutura e objetivos deste terceiro setor: sua expansão ocorre não apenas no já clássico setor terciário da economia, de prestação de serviços. E mesmo quando ocorre no terciário, os serviços são de natureza distinta do setor terciário tradicional, pois se trata de atividades na área do social, atividades públicas realizadas por organizações sociais privadas. E estas organizações, situadas no âmbito não-governamental, reestruturaram o velho modelo das associações voluntárias filantrópicas para um novo modelo onde combinam o trabalho voluntário com o trabalho assalariado, remunerando profissionais contratados segundo projetos específicos. As novidades não se limitam a forma de organizar a divisão do processo de trabalho nas ONGs, mas incluem também a articulação que as novas organizações passaram a ter com a reestruturação do Estado, na economia e na sociedade, e com as políticas públicas para as áreas do social, gerando um novo tipo de associativismo, de natureza mista: filantrópico-empresarial-cidadão.

As novas ONGs passaram a atuar como mediadoras de ações desenvolvidas em parceria entre setores da comunidade local organizada, secretarias e aparelhos do poder público, segundo programas estruturados para áreas sociais como: educação, saúde, saneamento, meio ambiente, geração de renda etc. Ou seja, as ONGs, via o terceiro setor, entraram para a agenda das políticas sociais.

O conjunto das atividades das ONGs e movimentos sociais, juntamente com os grupos sociais organizados ao seu redor, tem gerado um tipo de associativismo em nível do poder local e passou a constituir um novo setor na economia que está sendo denominado como uma "economia social" ou, simplesmente, terceiro setor, que se apresenta com fins públicos não voltados para o lucro. Este setor terá um grande crescimento e um papel-chave, no novo milênio, no conjunto das relações entre o Estado e a sociedade e no desenvolvimento regional e local.

2. DESENVOLVIMENTO

Podemos conceituar desenvolvimento como “processos em que os esforços de uma população se somam aos do governo para melhorar as condições sociais, econômicas e culturais da comunidade, procurando integrá-las na vida do país, permitindo-lhes contribuir plenamente para o progresso social” (Nações Unidas, *apud* Moura, 2001, p. 3).

Arruda e Boff (*apud* Moura, 2001, p. 3) concebem o desenvolvimento como “um processo de construção de uma sociedade caracterizada pelo amor como modo de ser de todas as relações, sendo o progresso os avanços obtidos nos âmbitos pessoal, familiar, comunitário, nacional, planetário e cósmico”. Nesta perspectiva o desenvolvimento é ao mesmo tempo local e global e vai além das dimensões econômica, social, cultural e política.

3. DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Até a década de 1940, pode-se dizer que a teoria do desenvolvimento regional estava restrita à teoria da localização das atividades econômicas e seus desdobramentos. Esta se sustentava em um conjunto de modelos produzidos segundo as condições históricas de cada época, sendo os mais representativos os de Von Thünen, Weber, Christaller e Lösch, retomados pela chamada “*Regional Science*”, no pós II Guerra.

De forma alternativa, seguindo as formulações de Schumpeter, foi introduzida a variável inovação tecnológica como o elemento central na dinâmica econômica e no crescimento. Neste sentido, Perroux (1967) desenvolveu, ao longo das décadas de 1940 e 1950, a noção de pólo de crescimento ou desenvolvimento, explicando as razões do processo de concentração e o papel das empresas líderes, indústrias motrizes e chaves (capazes de gerar efeitos de encadeamento e integração) no processo de crescimento regional ou local.

Buscando explicar a natureza desigual do desenvolvimento econômico, Myrdal (1972) e Hirschmann (1958) demonstraram a tendência da desigualdade aumentar por processos de polarização.

Ainda na mesma linha, a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) procurou explicar o atraso dos países da América Latina pela deterioração das relações de troca, pelos menores ganhos de produtividade e menor força da classe trabalhadora, defendendo o planejamento e a industrialização como forma de racionalizar a ação do setor público e promover o crescimento econômico (CEPAL, 1950, Prebish, 1950).

Paralelamente ao desenvolvimento da teoria do desenvolvimento desequilibrado foram articuladas a análise dos fatores locacionais clássicos, especialmente o custo de transportes, com o arcabouço teórico neoclássico de concorrência perfeita, equilíbrio geral e maximização de lucro, com o instrumental de insumo-produto e o conceito de multiplicador de renda keynesiano, dando origem a um conjunto de interpretações teóricas e instrumental analítico, batizados como “Ciência Regional”, sob a liderança teórica e pessoal de Walter Isard (1956, 1960).

Também, no pós-II Guerra Mundial, à luz da tomada de consciência e da pressão política e social para enfrentar as desigualdades regionais, nasceu um conjunto de modelos de planejamento e de crescimento regional. Esses modelos, embora tenham matizes e propósitos diferenciados, se basearam nas concepções de fatores locacionais decorrentes da fusão da teoria da localização com multiplicador e de renda e emprego de filiação keynesiana, com ênfase na industrialização (Isard, 1960; Chenery, 1964); na noção de efeitos inter-industriais e de etapas do desenvolvimento econômico (Kuznets, 1957, 1966); na idéia das vantagens regionais e do comércio, baseada na disponibilidade de fatores (Ohlin, 1967), da qual derivou a teoria da base de exportação (North, 1964; Tiebout, 1964); na noção de atividade motriz e desenvolvimento regional polarizado (Paelinck, 1977) e nos efeitos de transbordamento e gotejamento (Hirschmann, 1958).

Simultaneamente, generalizaram-se as experiências de planejamento e de políticas para a promoção do desenvolvimento regional nos Estados Unidos, Europa, América Latina e Rússia. No entanto, a reação político-ideológica contra a intervenção do Estado nos Estados Unidos, a falsa expectativa de que os problemas de desigualdade regional poderiam ser resolvidos no curto prazo, a avaliação de que a maioria das iniciativas havia fracassado, tanto na Europa quanto na América Latina e a frustração das expectativas de solução dos problemas sociais provocaram a reavaliação crítica da

base teórica e dos modelos de localização e desenvolvimento regional (Cumberland, 1973; Massey, 1974; Holland, 1976; Amendola e Baratta, 1978; Oliveira, 1977; Corragio, 1977 e 1981).

Ao mesmo tempo, novos processos como a desindustrialização ocorrida no nordeste dos Estados Unidos e no noroeste da Inglaterra enquanto ocorria o crescimento industrial em outras regiões daqueles países (Massey, 1982 e 1984, Bluestone and Harrison, 1982); mudanças na divisão internacional do trabalho, com emergência dos NIC's (*newly industrialized countries*) (Frobel et al. 1980, Amsden, 1989) e; o crescimento e localização das atividades tecnologicamente modernas em novas regiões dos países industrializados, especialmente do complexo militar americano (Markusen et al.), para as quais a “ciência regional” não dispunha de explicações.

Por outro lado, embora Perroux tenha considerado a variável tecnológica e a inovação como elementos centrais na sua análise, não se desenvolveu um corpo teórico mais consistente para explicar o papel daquelas variáveis no desenvolvimento regional ou local dentro do corpo da chamada “ciência regional”. Entretanto, deve ser destacada a contribuição de Hägerstrand (1953) com sua Teoria da Difusão Espacial das Inovações, usada também como instrumento teórico do desenvolvimento regional (*apud* Silva, 1976). Mais adiante, as mudanças do paradigma tecnológico e as alterações estruturais decorrentes de uma nova onda tecnológica, especialmente da micro-eletrônica e seus desdobramentos, o sucesso industrial do Vale do Silício, nos Estados Unidos, o crescimento da articulação das universidades e centros de pesquisa com as atividades industriais baseadas em tecnologias avançadas, a redescoberta do distrito industrial como manifestação empírica e categoria analítica permitiram resgatar teórica e empiricamente a tecnologia como variável central no desenvolvimento econômico e, por consequência, no desenvolvimento regional ou local.

Por outro lado, o esforço interdisciplinar na análise do desenvolvimento regional demonstrou a importância de variáveis ou aspectos não tangíveis, fundamentados na cultura local, no comportamento da sociedade civil, na organização institucional e produtiva, nas novas formas de competição e cooperação como elementos centrais na explicação do desenvolvimento regional ou local.

4. DESENVOLVIMENTO LOCAL

O conceito de desenvolvimento local começou a ganhar espaço no Brasil, no final da década de 80, acompanhando as mudanças ocorridas no mundo: o neoliberalismo, a globalização, a perspectiva do Estado mínimo – segundo a qual o Estado reduz suas funções na gestão de programas sociais, transferindo ao mercado essa tarefa. As macropolíticas já não atendiam ao desenvolvimento de micro-espços.

Esse enfrentamento entre o local e o global suscitou a necessidade de haver um desenvolvimento endógeno (de baixo para cima).

Existe distinção entre os termos desenvolvimento e crescimento: pode haver crescimento econômico em algum momento, sem que aconteça o desenvolvimento da região. O termo “desenvolvimento” inclui o aspecto econômico e social, trabalhando com as diferentes visões de sociedade (ocidentais, orientais, indígenas...).

Se o mundo global deveria estar atuando em todas essas dimensões, cabe ao desenvolvimento local trazê-las ao nível micro. Como está mais perto do cidadão, se pode pensar em políticas que vão estar interferindo diretamente na vida das pessoas. Ao mesmo tempo, os problemas globais repercutem no município ou comunidade, gerando políticas e ações locais que fomentam o seu desenvolvimento.

É importante observar que o conceito de “local” ainda está em construção. Local não é necessariamente igual a município. Pode ser município, comunidade ou microrregião. Porém, existe o consenso de que o conceito assume as dimensões política, cultural, econômica, social e ambiental. Isso significa que, para haver desenvolvimento local, é preciso trabalhar todas essas dimensões, respeitando as diferenças culturais de cada município ou comunidade.

5. TERCEIRO SETOR

O Terceiro Setor é uma expressão traduzida do inglês ("*Third Sector*") e faz parte do vocabulário sociológico corrente nos Estados Unidos. No Brasil, começa a ser usada com naturalidade por alguns círculos ainda restritos.

O surgimento do Terceiro Setor teria origem, de um lado, na incapacidade dos outros dois setores. O Primeiro Setor – Estado – pelo seu gigantismo e ineficiência, teria esgotado a sua possibilidade de atender e lidar com as crescentes necessidades sociais das populações mais necessitadas; e o Segundo Setor – Mercado – que tem como objetivo fundamental o lucro, seria incapaz de incorporar uma agenda que dissesse respeito a questões sociais e ambientais.

As associações do terceiro setor estão passando a ocupar o papel que antes era desempenhado pelos sindicatos e pelos partidos políticos. O novo associativismo do terceiro setor tem estabelecido relações contraditórias com o "antigo" associativismo advindo dos movimentos sociais populares (na maioria urbanos) dos anos 70 e 80. Enquanto estes últimos fizeram da política seu eixo básico de articulação e identidade, atuando via reivindicações por direitos (sociais, políticos, econômicos, culturais, por cidadania de forma geral), e eram amalgamados pelas ideologias da esquerda (num grande espectro de matizes e tendências), o associativismo do terceiro setor é pouco ou nada politizado, na maioria das vezes avesso às ideologias, e integrado às políticas neoliberais. Muitos programas advêm de entidades criadas ou patrocinadas por instituições financeiras, privadas e públicas, como Banco Itaú, Bradesco, BNDES, etc; ou por empresas, nacionais e internacionais (a rede de lojas C&A, por exemplo). Outras empresas já construíram em sua trajetória "fundações", que se dedicam a atuar em programas voltados para o social, como a Fundação Abrinq - São Paulo, a Fundação Odebrecht, o Instituto Construindo o Futuro etc. Temos ainda ONGs que passaram a incorporar atividades produtivas no trabalho com suas clientelas, como o Projeto Axé, na Bahia (ao produzirem camisetas e demais vestuários e complementos da "Moda-Axé"), o Projeto Travessia, em São Paulo etc.

Enquanto organizações/empresas que atuam na área da cidadania social, o terceiro setor incorpora critérios da economia de mercado do capitalismo para a busca de qualidade e eficácia de suas ações, atua segundo estratégias de marketing e utiliza a mídia para divulgar suas ações e desenvolver uma cultura política favorável ao trabalho voluntário nesses projetos. O governo federal tem colaborado com recursos financeiros nos projetos de parceria (sempre considerados pelas ONGs como escassos, pontuais, sem linha de continuidade e de difícil planejamento quanto a sua disponibilidade).

Entretanto, a grande contribuição governamental tem sido na área jurídica, de regulamentação de novas regras para o trabalho voluntário, por meio de leis que normatizam e criam novos tipos de relações de trabalho, de prestação de serviços não-remunerados por períodos superiores a noventa dias e que não criam vínculos empregatícios, e, conseqüentemente, desobrigam os encargos trabalhistas.

Como já foi dito, o termo Terceiro Setor ainda é utilizado em círculos restritos no Brasil, mas nos Estados Unidos e na Europa já têm longa tradição. Entretanto, deve-se destacar que naqueles países ele se refere a agentes sociais e formas de atuação muito diferenciadas. Assim, nos Estados Unidos ele é associado ao termo "associações voluntárias" - fenômeno constitutivo da própria nação e cultura americana -, assim como ao designativo "sem fins lucrativos" - o que o insere a expressão terceiro setor no mundo dos negócios, no mercado. Na Inglaterra, o terceiro setor vem da tradição das "*charities*", a caridade, referindo-se à memória religiosa ou o termo "filantropia", noção mais moderna, que procuraria se desvincular do conteúdo meramente assistencialista da caridade, introduzindo elementos humanistas e abrindo espaço para a articulação com a posição norte-americana, no que se refere ao mercado, dando origem também à filantropia empresarial. O "mecenato", apoio às artes originário do período da Renascença, também de origem européia, é outro campo de atuação incluído no terceiro setor.

Mas o terceiro setor adquire importância estratégica nos anos 90 graças a uma outra fonte de referência. Isto porque, após a Segunda Guerra Mundial, outra expressão se incorporou ao campo do terceiro setor: as ONGs - Organizações Não Governamentais. Sabemos que a nomenclatura ONG, inicialmente, esteve associada à ONU e se referia a um universo de entidades que não representavam governos, mas tinham presença significativa em várias partes do mundo, como a OIT - Organização Internacional do Trabalho, o Conselho Mundial das Igrejas, a Cruz Vermelha Internacional, e outras mais que passaram a ser estruturas articuladas à própria ONU, como a UNESCO, suas missões de paz, a FAO etc. Após as lutas pelos direitos civis americanos - as lutas dos negros, os movimentos contra a guerra do Vietnã e as campanhas pacifistas decorrentes, a emergência dos movimentos ecológicos e ambientalistas, a luta das mulheres e de outras categorias pelos direitos sociais, políticos, culturais etc -, um novo tipo de ONG se constrói, atuando no campo da cultura

política, dos valores de uma sociedade e seu campo de juridização. Surgem ONGs com trabalhos sem perfil caritativo ou filantrópico. Muitas redescobrem os ideais dos socialistas utópicos, de Saint-Simon, Fourier e outros, e redefinem o mito e as utopias das comunidades autogestionadas. Outras irão propor projetos de desenvolvimento auto-sustentado, dentro de uma economia capitalista onde as regras do mercado teriam que ser redefinidas. Outras ainda investirão em grandes campanhas educativas, em diferentes áreas, como a ecológica Greenpeace; ou de defesa dos direitos da pessoa humana contra todas as formas de violência, como a Anistia Internacional.

Na América Latina, as ONGs tiveram outros processos de desenvolvimento e campos de atuação. Filiais de agências de promoção de desenvolvimento aqui se instalaram desde os anos 50 objetivando atuar nas campanhas pela promoção do "mundo subdesenvolvido" conforme os termos da época. Em alguns países, como no Perú, as ONGs desenvolvimentistas foram combatidas pelos grupos radicais da esquerda porque eram vistas como conservadoras ou representantes de interesses imperialistas. Mas em outros países, como no Chile e no Brasil, as ONGs encontraram um outro campo de atuação dado pelos regimes políticos militares vigentes nos anos 70 e parte dos 80. Surgem ONGs de luta contra o regime político, em função da questão dos presos políticos, torturas etc.; e ONGs para atuarem no campo da organização popular, de luta por direitos e condições mínimas de sobrevivência cotidiana no que diz respeito a necessidades básicas. Estes campos delinearam novos perfis às ONGs, que podem ser denominadas de ONGs CIDADÃS e militantes. Este cenário fez com que essas entidades se aproximassem de movimentos e grupos da esquerda ou de oposição ao regime militar.

No Brasil, nos anos 70-80, as ONGS CIDADÃS e militantes estiveram por detrás da maioria dos movimentos sociais populares urbanos que delinearam um cenário de participação na sociedade civil, trazendo para a cena pública novos personagens, contribuindo decisivamente para a queda do regime militar e para a transição democrática no país. As ONGs contribuíram para a reconstrução do conceito de "sociedade civil" termo originário do liberalismo que adquire novos significados, menos centrado na questão do indivíduo e mais direcionado para os direitos de grupos.

Nos anos 90, o cenário das ONGs CIDADÃS latino-americanas se altera completamente. As atenções das agências patrocinadoras de fundos de apoio financeiro e de pessoal para trabalho de base, articuladas às Igrejas, voltaram-se para os processos de redemocratização do Leste europeu. Os movimentos e as ONGs latinas passaram a viver a mais grave crise econômico-financeira desde que foram criadas. A mudança na forma de financiamento alterou a atuação das ONGs. A escassez de recursos das agências de cooperação internacional e a mudança interna em seus critérios e diretrizes - de assessoria técnica para geradora de fundos financeiros - criou um cenário que levou a necessidade de elas gerarem recursos próprios e lutarem pelo acesso aos fundos públicos. Tiveram então que proceder reengenharias internas e externas para sobreviver. E alteraram seus procedimentos. Passaram a buscar a auto-suficiência financeira. Tiveram que encontrar/construir ou incrementar caminhos no setor de produção. A economia informal - então florescente e estimulada pelo novo modelo da globalização - passou a ser uma das principais saídas, pois a crise gerada pelo desemprego crescente transferiu para a economia informal o grande peso de demandas antes localizado no setor formal. Com isto, as atividades de militância política, via pressões sociais, passaram para segundo lugar, e as atividades produtivas ganharam centralidade no dia-a-dia das ONGs. Assim, o movimento dos seringueiros, por exemplo, lutará não apenas por seus direitos ou contra a opressão dos grandes latifundiários, dos donos das madeiras etc. Ele lutará basicamente para vender seus produtos em mercados mais competitivos. O mesmo ocorre com o movimento dos índios: eles pressionarão pela demarcação das terras mas também querem vender castanhas, ervas, etc, no mercado nacional e internacional, a preço justo e certo, e não como mercadoria "alternativa", a preços baixos.

Outro resultado das mudanças da conjuntura sobre as ONGs foi a necessidade de qualificação de seus quadros. A palavra de ordem passou a ser eficiência e produtividade na gestão de projetos sociais, para gerir recursos que garantam a sobrevivência das próprias entidades. Ter pessoal qualificado com competência para elaborar projetos com gabarito passou a ser a diretriz central, e não mais a militância, ou o engajamento anterior à causa em ação. Os antigos militantes foram procurar programas de especialização e pós-graduação. Algumas ONGs, como o Projeto Axé, da Bahia, declarou formalmente que a militância anterior é um problema para a entidade, e foi um equívoco, no início do trabalho deles, buscar profissionais com esta trajetória.

Junto com a crise das ONGs CIDADÃS militantes dos anos 80, emergiram nos anos 90, no cenário nacional, outros tipos de entidades, próximas do modelo norte-americano "*non-profits*", articuladas às políticas sociais neoliberais, dentro do espírito da filantropia empresarial, atuando em problemas cruciais da realidade nacional como as crianças em situações de risco, alfabetização de jovens e adultos etc. Essas entidades não se colocarão contra o Estado, como as da fase anterior, originárias dos movimentos e mobilizações populares. Elas querem e buscam a parceria com o Estado. As novas entidades autodenominam-se como terceiro setor, pois procuram definir-se pelo que são e não pelo que não são. Segundo seus coordenadores, as ONGs, como o próprio nome indica, se definiriam por uma negatividade: ser não-governo. O terceiro setor procura se firmar pela positividade, com ações propositivas e afirmativas. Ele clama por uma forma de desenvolvimento sustentável (ao contrário das ONGs dos anos 80 que falavam do auto-sustentável). As novas entidades que estão se expandindo estruturam-se como empresas, autodenominam-se cidadãs por se apresentarem sem fins lucrativos e atuarem em áreas de problemas sociais, criam e desenvolvem frentes de trabalho em espaços públicos não estatais; algumas nasceram por iniciativas de empresários privados e se apresentam juridicamente como ONGDS - Organizações Não Governamentais de Desenvolvimento Social. Este fato ampliou o universo da participação para campos pouco ou nada politizados e desenvolveu inúmeras novas formas de associativismo ao nível do poder local.

Um aspecto que deve ser destacado nas ONGs é o da sua relação com o Banco Mundial. As primeiras experiências de relações das ONGs com o Banco Mundial ocorreram nos anos 70, na operacionalização de projetos. Segundo Arruda (1996), a partir de 1981 o banco inaugurou um debate sobre políticas com as ONGs, focalizando o tema "Educação e Desenvolvimento", criando então um fórum. As próprias ONGs organizaram em 1984 um grupo de trabalho sobre o Banco Mundial. A partir dos anos 90, o Banco Mundial adotou uma postura de diálogo e privilegiamento de ações e parcerias com as ONGs. A maioria dos empréstimos do banco envolve parcerias com ONGs. Assim, enquanto entre 1973 e 1988 apenas 6% dos projetos financiados pelo banco envolviam ONGs, em 1993 o percentual eleva-se para um terço dos financiamentos e, logo a seguir, em 1994, metade dos projetos de financiamentos aprovada pelo banco envolvia ONGs, de diferentes tipos e objetivos.

Deve-se destacar que o crescimento das ONGs neste final de milênio é um fenômeno mundial, e o terceiro setor já tem sido caracterizado como um novo setor da economia, o da "economia social". Peter Drucker (1994) constatou que o terceiro setor foi o que mais cresceu, mais movimentou recursos e gerou empregos, e foi o mais lucrativo na economia norte-americana nos últimos vinte anos. Diariamente são criadas fundações e associações para promover o desenvolvimento econômico local, impedir a degradação ambiental, defender os direitos civis e atuar em áreas onde o Estado é incipiente, como em relação aos idosos, à mulher, aos índios, aos negros etc. ou é de triste memória, como a das crianças nas ruas em situação de risco em países como o Brasil.

Salamon e Anheier assim se expressaram sobre a composição e o papel do terceiro setor: "uma virtual revolução associativa está em curso no mundo, a qual faz emergir um expressivo 'terceiro setor' global, que é composto de organizações estruturadas, localizadas fora do aparato formal do Estado, que não são destinadas a distribuir lucros auferidos com suas atividades entre os seus diretores ou entre um conjunto de acionistas; são autogovernadas, envolvendo indivíduos num significativo esforço voluntário" (1992, p.15).

Esta imensa rede de organizações privadas autônomas, localizadas à margem do aparelho formal do Estado, sem fins lucrativos, mobilizadora de trabalho voluntário, passou a ter uma relação íntima com as mudanças sociais e tecnológicas do final deste século, em duas direções: além de atuar na área da economia informal e gerenciar milhares de empregos, ela também começa a se fazer presente na economia formal, por meio de cooperativas de produção que atuam em parceria com programas públicos e demandas terceriarizadas das próprias empresas.

O fenômeno das ONGs nos anos 90 reafirma o poder das teses e discussões acerca da importância da sociedade civil atual (Wolfe, 1992; Arato, 1992). As ONGs estão mudando de nome para simplesmente terceiro setor. Para uns trata-se apenas de mais uma forma de exploração da força de trabalho, uma resposta das elites à organização e mobilização sindical e popular dos anos 80; assim como parte das estratégias neoliberais para desobrigar o Estado de atuar na área social. Para outros, o

terceiro setor é algo realmente novo, pois o Estado não consegue mais penetrar nas microesferas da sociedade. Ele só saberia atuar no nível macro, e as políticas públicas necessitam de mediadores para serem efetivas. Quanto ao poder local, o terceiro setor estaria contribuindo para o desenvolvimento de novas formas de associativismo.

Na prática, o terceiro setor parece estar caminhando para uma articulação conjunta, em termos de frentes de trabalho, entre movimentos sociais (também renovados, com perfil mais propositivos e menos reivindicativos), as modernas ONGs ("empresas-cidadãs" organizadas ao redor de temas sociais e voltadas para o mercado com justiça social), e algumas entidades tradicionais filantrópicas (principalmente as que atuam na área da terceira idade). E em termos de política social, esta nova frente está avançando a passos largos na formulação de uma legislação específica que normatize as atividades do terceiro setor, em especial as relativas ao trabalho do setor do "voluntariado", sem vínculos empregatícios nem obrigações de natureza empregatícia ou previdenciária. É interessante destacar que no discurso dos defensores deste tipo de trabalho, a independência em relação ao sindicato é bastante destacada. Ou seja, o trabalho voluntário não possui, até o momento, redes de articulações ou de pressões.

6. INSTITUIÇÕES DO TERCEIRO SETOR

O Terceiro Setor caracteriza-se por prestar atividade de interesse público, por iniciativa privada, sem fins lucrativos. Alguns teóricos da Reforma do Estado, sem descartar a expressão terceiro setor, incluem tais entidades entre as públicas não estatais; entende-se que são públicas, porque prestam atividade de interesse público; e não estatais, porque não integram a Administração Pública, seja direta ou indireta. Daí as instituições integrantes deste terceiro setor denominaram-se originalmente de Organizações Não Governamentais (ONGs). Hoje, não só as ONGs integram o terceiro setor. Outras instituições vêm sendo criadas para desempenhar este mesmo papel, diferindo nas formas de constituição para atender a determinados requisitos impostos por lei e que variam de um caso para outro. Exatamente por atuarem ao lado do Estado, recebem a denominação de entidades paraestatais; nessa expressão podem ser incluídas todas as entidades integrantes do terceiro setor, o que abrange (atualmente no Brasil) as declaradas de utilidade pública, as que recebem certificado de fins filantrópicos, os

serviços autônomos (SESI, SESC, SENAI), as Organizações Sociais (OS) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

Em todas essas entidades estão presentes os mesmos traços: são entidades privadas, no sentido de que são instituídas por particulares; desempenham serviços não exclusivos do Estado, porém podendo ser em colaboração com ele; recebem algum tipo de incentivo do poder público; por essa razão, sujeitam-se a controle pela Administração Pública e pelo Tribunal de Contas. Integram o terceiro setor, porque nem se enquadram inteiramente como entidades privadas, nem integram a Administração Pública.

Modernamente, o Estado busca reduzir o seu tamanho. Para tanto, algumas atividades, consideradas não exclusivas, estão sendo progressivamente transferidas para a iniciativa privada. No Brasil esta tendência já é uma realidade. Aqui, além dos Serviços Sociais Autônomos (SESI, SESC, SENAI, SENAC) estão sendo criadas outras entidades para desempenhar este papel, tais como entidades de apoio (fundações, associações e cooperativas), as organizações sociais e as organizações da sociedade civil de interesse público.

No caso dos Serviços Autônomos, tais entidades não prestam serviço público delegado pelo Estado, mas atividade privada de interesse público (serviços não exclusivos do Estado), exatamente por isso, são incentivadas pelo poder público.

As entidades de apoio são as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, instituídas por servidores públicos, porém em nome próprio, sob a forma de fundação, associação ou cooperativa, para a prestação, em caráter privado, de serviços sociais não exclusivos do Estado, mantendo vínculo jurídico com entidades da administração direta ou indireta, em regra por meio de convênio. Normalmente, por meio deste convênio, é prevista, em benefício dessas entidades, a utilização de bens públicos (móveis e imóveis) e de servidores públicos. Elas atuam mais comumente junto a hospitais públicos e a universidades públicas.

As organizações sociais constituem novo tipo de entidade disciplinada, no âmbito federal, pela Lei nº 9.637, de 15-05-1998. São pessoas jurídicas de direito

privado, sem fins lucrativos, instituídas por iniciativa de particulares, para desempenhar serviços sociais não exclusivos do Estado, com incentivo e fiscalização do Poder Público, mediante vínculo jurídico instituído por meio de contrato de gestão. Elas podem atuar nas áreas de ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, proteção e preservação do meio ambiente, cultura e saúde. Seu órgão de deliberação superior tem que ter representantes do Poder Público e de membros da comunidade, de notória capacidade profissional e idoneidade moral.

As OSCIPs são pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, instituídas por iniciativa de particulares para desempenhar serviços sociais não exclusivos do Estado com incentivo e fiscalização do Poder Público mediante vínculo jurídico instituído por meio de termo de parceria. Como se verifica, o conceito é muito semelhante ao da organização social, entretanto, estas, as OSCIPs, se comparada com aquelas (OSs), estão mais bem estruturadas e impõem requisitos mais rígidos para a obtenção de qualificação.

As OSCIPs possuem as seguintes características principais:

- ✓ Criadas por particulares devem habilitar-se perante o Ministério da Justiça;
- ✓ Devem atuar em áreas específicas tais como: assistência social; promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico; promoção gratuita da educação ou da saúde; promoção da saúde alimentar e nutricional; defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável, etc. (vide art. 3º da citada lei);
- ✓ A entidade poderá perder a qualificação a pedido ou mediante decisão proferida em processo administrativo.

Embora haja muitos pontos comuns entre as OSs e as OSCIPs, é evidente que o objetivo visado pelo Governo é bem diverso nos dois casos; nas Organizações Sociais, o intuito evidente é o de que elas assumam determinadas atividades hoje desempenhadas, como serviços públicos, por entidades da Administração Pública, resultando na extinção destas últimas. As Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público constituem-se em real atividade de fomento, ou seja, de incentivo à iniciativa privada de interesse público. O Estado não está abrindo mão de serviço público (tal como ocorre na OS) para transferi-lo à iniciativa privada, mas fazendo parceria, ajudando, cooperando com

entidades privadas que, observados os requisitos legais, se disponham a exercer as atividades indicadas no artigo 3º, por se tratar de atividades que, mesmo sem a natureza de serviços públicos, atendem a necessidades coletivas.

7. INSTITUIÇÕES DO TERCEIRO SETOR E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL: EXEMPLOS

7.1. O INDES - Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Litoral Norte da Bahia

O Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Litoral Norte da Bahia - INDES é uma Organização Não Governamental criada em 10 de maio de 1999 com o objetivo de fomentar e articular ações que visem ao desenvolvimento local, integrado e sustentável, prioritariamente na Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte da Bahia, atuando de forma eficaz na recuperação e na conservação dos recursos naturais e no equilíbrio de suas relações com o homem, através da criação de oportunidades na geração de emprego e renda, otimização das cadeias produtivas, além da melhoria das condições de saúde, da infra-estrutura de saneamento, educação e cultura.

O INDES, como outras ONGs, em espaço microrregional, propõe-se a ser um instrumento auxiliar dos governos federal, estadual e municipais e de empresas privadas que têm responsabilidade social na implantação efetiva de políticas, programas e projetos que reverterem a tendência dos indicadores desfavoráveis da conjuntura econômica.

A sede do INDES fica localizada na Costa dos Coqueiros, na Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte, à margem esquerda da Linha Verde, sentido Salvador - Aracaju, a aproximadamente 100 km de Salvador, no distrito de Sauípe, município de Mata de São João, Bahia.

As localidades que formam a Costa dos Coqueiros, no Litoral Norte da Bahia, fazem parte de um conjunto de sete municípios (Lauro de Freitas, Camaçari, Mata de São João, Entre Rios, Esplanada, Conde e Jandaira) e possuem como atividades

econômicas preponderantes à agropecuária, a agricultura, a pesca, o artesanato e mais recentemente o turismo.

O INDES é uma OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, que para atender aos desafios impostos às organizações sociais do terceiro setor, se propõe a atuar seguindo as seguintes premissas:

- ✓ Buscar a identificação das reais necessidades e anseios das comunidades;
- ✓ Capacitar as comunidades alvo para absorção, manutenção e multiplicação das tecnologias desenvolvidas em cada projeto;
- ✓ Ser empreendedor, criativo e inovador no desenvolvimento dos projetos;
- ✓ Apresentar flexibilidade e agilidade frente às mudanças e buscar a manutenção de equipes mínimas suficientes ao desenvolvimento de cada projeto, otimizando os recursos envolvidos;
- ✓ Estabelecer parcerias inovadoras para que possa ampliar sua independência econômica;
- ✓ Motivar o autodesenvolvimento constante por parte dos seus empresários parceiros e colaboradores e do público alvo;
- ✓ Ser eficaz naquilo que pretende realizar;
- ✓ Estabelecer uma nova relação com o Poder Público e Agentes Financiadores em nível de parceria, através da transferência de tecnologias de ação social vis a vis a obtenção de recursos para financiamento das mesmas.

O INDES vem recuperando e conservando os terrenos que estavam degradados com o plantio de espécies arbóreas nativas e exóticas, ampliando a biodiversidade do Parque Sauípe, área constituída por uma gleba de 100 hectares, localizada na Vila Sauípe, no município de Mata de São João, hoje com mais de 5.000 espécimes florestais e 18.000 fruteiras arbóreas. Ao se introduzir grande número de espécies, está se fazendo uma seleção e avaliação do seu desenvolvimento e rendimento, propiciando a difusão das mais promissoras, sob condições de manejo controladas. Esse trabalho visa também suprir a necessidade de gerar conhecimentos para serem aplicados em projetos ambientais, além de garantir as condições iniciais indispensáveis para implantação do projeto em desenvolvimento para o novo Parque Sauípe.

Foi também promovido na área do Parque Sauípe o Turismo Rural com atividades na área de entretenimento, esportes, lagos para pescaria e eventos de Educação Ambiental. Foi iniciada a implantação de uma biblioteca em sua sede para apoio ao desenvolvimento de projetos e pesquisas. Esta biblioteca atualmente está composta por duas centenas de títulos e outra centena mais de folhetos, periódicos e clippings que abordam os mais diversos temas ambientais e sociais com ênfase no Litoral Norte.

Atualmente, além da continuidade das atividades descritas, o INDES administra dois viveiros de plantas ornamentais, com aproximadamente 150.000 m² de área, onde são cultivadas espécies diversas. Devem ser destacadas as palmeiras, as gramíneas e as ornamentais. Estes viveiros forneceram trezentas mil mudas, entre plantas e forração, e mais de cem mil metros quadrados de grama para a implantação do paisagismo do Complexo Turístico Costa do Sauípe.

O INDES vem desenvolvendo ações e, prioritariamente, se capacitando para a elaboração e implantação de projetos nas seguintes áreas: recuperação de áreas degradadas, plantas medicinais, criação de pequenos animais, manejo de micro-bacias hidrográficas e apoio às cadeias produtivas, dentre outros.

7.2. A Aliança com o Adolescente

O Projeto **Aliança com o Adolescente para o Desenvolvimento Sustentável do Nordeste** é uma iniciativa do Instituto Ayrton Senna, da Fundação Kellogg, da Fundação Odebrecht e da Área Social do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico – BNDES.

O objetivo final da Aliança não é realizar ações compensatórias ou pontuais nas microrregiões e sim apóia-las a produzir novas e crescentes riquezas, por meio da mobilização das suas próprias forças, especialmente dos seus jovens. Promovendo e estimulando a parceria entre representantes do governo, das empresas, da sociedade civil e de outras instituições no âmbito local, estadual e nacional, espera-se contribuir para formar jovens cidadãos que atuem como protagonistas do desenvolvimento

sustentável das microrregiões em que vivem, transcendendo a ação solitária de curto prazo, em prol da ação solidária de longo prazo.

O projeto é desenvolvido em três microrregiões nordestinas: Baixo Sul (BA), Bacia do Goitá (PE) e Médio Jaguaribe (CE). Todas as microrregiões escolhidas apresentam um Índice de Condições de Vida – ICV menor do que 0,5, o que indica um baixo desenvolvimento humano.

O Baixo Sul da Bahia compreende os municípios de Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Marauá, Nilo Peçanha, Tancredo Neves, Taperoá e Valença. Atualmente existem uns 10 projetos em andamento nesta microrregião. Estes projetos estão formando adolescentes mais amadurecidos, conscientes dos seus potenciais de liderança e, acima de tudo, comprometidos com o desenvolvimento socioeconômico das suas comunidades.

Projetos como **Conhecendo o Baixo Sul**, no qual receberam capacitação para participar do levantamento e análise de dados socioeconômicos da região; e **Formação de Adolescentes Voluntários**, em que lideraram uma ação de conscientização de mais de 3 mil pessoas e de limpeza e conservação da Praia do Pratigi, com a distribuição de sacos de lixo e folders estão fazendo com que esses adolescentes se mostrem verdadeiros protagonistas no processo de transformação da história de suas vidas e do destino dos municípios beneficiados pela Aliança. O que diferencia esses jovens de seus pares está na oportunidade oferecida pela Aliança com o Adolescente. Numa microrregião onde a riqueza natural contrasta com as precárias condições de vida, a população estava sem perspectivas. A possibilidade de reverter esse quadro motivou a criação do IDES – Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Baixo Sul, associação de direito privado, sem fins lucrativos, que, por acreditar no jovem como foco desse processo, se tornou a primeira organização da sociedade civil a atuar como Empresário - Parceiro da Aliança. Sua missão é gerar trabalho e renda para os jovens, a partir das cadeias produtivas, ajudando a resolver o problema social, econômico e ambiental da microrregião.

Junto com o IDES, a comunidade definiu os projetos que estão permitindo a formação de uma massa crítica de adolescentes protagonistas e o desenvolvimento das

circunstâncias locais para criação de oportunidades de trabalho e geração de renda na microrregião e, conseqüentemente, a redução do êxodo.

Nesse contexto, destacam-se as Cadeias Produtivas de Mandioca e de Maricultura, ambas implantadas para potencializar culturas já instaladas: a atividade pesqueira, que cede lugar para a criação, o beneficiamento e a comercialização de peixes e ostras; e o plantio da mandioca, que passou a ser processada e comercializada sem intermediários através da Copatan – Cooperativa dos Produtores de Mandioca de Tancredo Neves, fundada com o apoio da Aliança.

As cadeias produtivas elevaram a auto-estima do jovem do campo que, filhos de agricultores e pescadores, se envergonhavam das atividades dos pais e não concebiam a idéia de seguir suas carreiras. Hoje, acreditam no peixe e na mandioca como negócio e acreditam no projeto para o seu desenvolvimento pessoal e profissional.

Apesar das diferentes características dos projetos, surgiu a idéia de criar um módulo básico de formação de adolescentes protagonistas, por meio do qual as temáticas que possibilitam o desenvolvimento pessoal e social dos jovens são trabalhadas. Afetividade, sexualidade, cidadania e projeto de vida são exemplos de temas que devem ser tratados por todos os educadores.

Do currículo básico, nascerão os currículos específicos, voltados para o desenvolvimento das habilidades técnicas, administrativas e associativas do grupo em cada uma das cadeias produtivas: as que existem e as que estão programadas para ser implantadas em breve.

A iniciativa do currículo demonstra o cuidado do IDES com a integração das ações relacionadas à conquista e superação dos objetivos de desenvolver uma massa crítica de adolescentes protagonistas e fortalecer as circunstâncias locais. Nesse mesmo caminho, encontram-se iniciativas como a da Credisul, uma sociedade de microcrédito implantada pela Aliança com o Adolescente e que já está fornecendo crédito para adolescentes e produtores, especialmente os egressos do projeto de Formação de Jovens Empresários. Outro exemplo são as ações realizadas no âmbito do projeto de Direito e Cidadania ou em parceria com a Amubs – Associação dos Municípios do Baixo Sul,

que estão viabilizando a implantação de programas governamentais nos municípios. Já estão em pleno funcionamento o Peti – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, do Governo Federal, e o Educar para Vencer, do Governo da Bahia.

A área de Política Social do IDES, além de possibilitar melhor visibilidade às ações municipais, está, por meio da Articulação Microrregional dos setores sociais da administração municipal - saúde, educação, assistência social e meio ambiente -, transformando a visão dos governantes com relação ao futuro dos municípios e à participação cidadã de jovens nesse processo.

8. CONCLUSÃO

Nos anos 70 o fortalecimento da sociedade civil no Brasil - embrião do Terceiro Setor - se fez em oposição ao Estado autoritário. Com o avanço da redemocratização e as eleições diretas para todos os diversos níveis de governo, as organizações de cidadãos assumem um relacionamento mais complexo com o Estado. Reivindicação e conflito passam a coexistir, segundo os momentos e as circunstâncias, com diálogo e colaboração. Nos anos 90 surge a palavra parceria enquanto expressão de um novo padrão de relacionamento entre os três setores da sociedade.

O Estado começa a reconhecer que as ONGs acumularam um capital de recursos, experiências e conhecimentos sobre formas inovadoras de enfrentamento das questões sociais que as qualificam como interlocutores e parceiros das políticas governamentais. O Mercado, antes distante, para não dizer indiferente às questões de interesse público, começa a ser penetrado pela noção de responsabilidade social e passa a ver nas organizações sem fins lucrativos canais para concretizar o investimento do setor privado empresarial na área social, ambiental e cultural.

O próprio conceito de Terceiro Setor começa a se ampliar para além do círculo das ONGs, valorizando outros atores e serviços como a filantropia empresarial, as associações beneficentes e recreativas, as iniciativas das igrejas e o trabalho voluntário.

A afirmação deste novo perfil participante e responsável da sociedade brasileira se traduz na busca de novas formas de articulação entre organizações do Terceiro Setor, órgãos governamentais e empresas.

Valorizar a co-responsabilidade dos cidadãos não significa eximir o Governo de suas responsabilidades. Significa reconhecer que a parceria com a sociedade é que permite ampliar a mobilização de recursos para iniciativas de interesse público. No mundo contemporâneo, a democracia como exercício cotidiano não é mais possível sem a presença e ação fiscalizadora dos cidadãos. O papel de uma sociedade informada e atuante não é o de esperar tudo do Estado. Cuidar junto aparece, cada vez mais, como alternativa eficiente e democrática.

Este novo padrão de relacionamento entre Sociedade Civil, Estado e Mercado está sendo testado em experiências inovadoras, como a da **Aliança com o Adolescente**, de mobilização de atores públicos e privados para o enfrentamento de questões definidas consensualmente como de inequívoco interesse público.

Também começou a formar-se, nos últimos anos, entre pesquisadores e praticantes, o consenso de que é necessário revisar as estratégias tradicionalmente adotadas na formulação de políticas regionais e locais no Brasil. Tais estratégias não mais se ajustam às realidades e necessidades de uma economia globalizada e aos novos papéis assumidos pelo setor público.

Torna-se cada vez mais claro que as abordagens centradas no nível de abrangência territorial das grandes regiões — Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul — devem ser substituídas por iniciativas de abrangência sub-regional ou local, que possam ser melhor calibradas com base em diagnósticos mais precisos da situação e das potencialidades dessas áreas menores, cuja problemática tende a ser mais homogênea.

Vem-se tornando cada vez mais evidente a inadequação das ações formuladas *de cima para baixo*, sem envolvimento dos segmentos relevantes da sociedade civil. O professor Paulo Haddad, em trabalho publicado em 1980, ainda durante o regime militar, afirmava que era necessário aumentar o “... grau de participação das comunidades, dos vários grupos sociais, dos diferentes níveis de Governo, a fim de que

possa haver maior mobilização de recursos para as soluções alternativas que são melhor conhecidas, em geral, pelos próprios grupos afetados” (Haddad, 1980, p. 14).

Na atualidade, essa preocupação se reforça e se renova. São múltiplos os argumentos que sustentam a necessidade de uma participação ampla e efetiva da sociedade civil na formulação e implementação das ações de governo, não apenas para produzir melhores programas e projetos, mas também como instrumento para a construção de uma sociedade mais dinâmica, mais justa e mais democrática.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALIANÇA COM O ADOLESCENTE. **Material de Divulgação**, jul. 2000.
- AMENDOLA, Mário; BARATTA, Paolo. **Investimenti industriali and sviluppo dualistico**. Roma: Svimez, 1978.
- AMSDEN, Alice H. **Asia's next giant: South Korea and late industrialization**. New York: Oxford University Press, 1989.
- ARATO, Andrew; COHEN, Jean. **Civil society and political theory**. Cambridge: MIT PRESS, 1992.
- ARRUDA, Marcos. ONGs e o Banco Mundial: É possível colaborar criticamente? In: TOMMASI, L.; WARDE, M.J.; e HADDAD, S. **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1996.
- BANDEIRA, Pedro. **Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional**. Disponível na INTERNET via URL: <http://www.ipea.gov.br>. Arquivo capturado em 14/09/2001.
- BARRETO, Osvaldo. Terceiro Setor: um novo espaço de sociabilidade pública? **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v.9, n.4, p.90-108, mar. 2000.
- BLUESTONE, Barry; HARRISON, Bennett. **The deindustrialization of America: plant closing, community abandonment and the dismantling of basic industry**. New York: Basic Book, 1982.
- CEPAL. **Estudio economico de América Latina**. New York: ONU, 1950.
- CHENERY, Hollis B. Development policies for southern Italy. In: FRIEDMAN, John; ALONSO, William (ed.). **Regional development and planning**. Cambridge: MIT, 1964.

CORRAGIO, José Luis. **Las bases teóricas de la planificación regional en América Latina** (un enfoque crítico). Santiago: CEPAL, 1981.

CORRAGIO, José Luis. Possibilidades e dificuldades de uma análise espacial contestatário. **Demografia e Economia**, México, v.11, n.2, p.135-154, 1977.

CUMBERLAND, John H. **Regional development experiences and prospects in the United States of America**. Paris: Mouton, 1973.

DINIZ, Clélio Campolina. Global-local: interdependências e desigualdade ou notas para uma política tecnológica e industrial regionalizada no Brasil. In: **Arranjos e sistemas produtivos locais e as novas políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico**. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 2000. p.2-29.

DRUCKER, Peter F. **Administração de organizações sem fins lucrativos**. São Paulo: Pioneira/Fund. Vanzolini, 1994.

FERNANDES, Rubem Cesar. **O que é o Terceiro Setor?** Disponível na INTERNET via URL: <http://www.rits.org.br>. Arquivo capturado em 16/04/2002.

FONTES, Angela. Desenvolvimento local: atacando o mal pela raiz. **Rumos**, Rio de Janeiro, n.191, p.16-19, dez. 2001.

FROBEL, F. et al. **The new international division of labor**. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

HADDAD, Paulo Roberto. **Participação, justiça social e planejamento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

HIRSCHMANN, Albert. **The strategy of economic development**. New Haven: Yale University Press, 1958.

HOLLAND, Stuart. **Capital versus the regions**. London: Macmillan Press, 1976.

INDES. **Homepage**. Disponível na INTERNET via URL: <http://www.indes.com.br>. Arquivo capturado em 25/04/2002.

ISARD, Walter. **Location and space-economy**. Cambridge: MIT Press, 1956.

ISARD, Walter. **Methods of regional analysis**. Cambridge: MIT Press, 1960.

KUZNETS, Simon. **Modern economic growth**. Connecticut: New Haven, 1966.

KUZNETS, Simon. Quantitative aspects of economic growth of nations II, industrial distribution of national product and labor force. **Economic Development and Cultural Change**, Chicago, v.5 n.4, p. 3-111, jul. 1957.

MARKUSEN, Ann et al. **High tech america: the what, how, where and why of the sunrise industries**. Boston: Allen & Unwin, 1986.

MARKUSEN, Ann et al. **The rise of the gunbelt: the military remapping of Industrial America**. New York, Oxford: Oxford University Press, 1991.

MASSEY, Doreen. **Spatial divisions of labour: spatial structures and the geography of production**. London: Macmillan, 1984.

MASSEY, Doreen. Towards a critique of industrial location theory. In: CENTRE FOR ENVIRONMENTAL STUDIES. **Research Paper**, 5, London, 1974.

MASSEY, Doreen; MEEGAN, Richard. **The anatomy of job loss: the how, why and where of employment decline**. London: Methuen, 1982.

MENDES, Luiz Carlos Abreu. **Visitando o Terceiro Setor** (ou parte dele). Disponível na INTERNET via URL: <http://www.ipea.gov.br>. Arquivo capturado em 20/02/2001.

MOURA, Maria Suzana. **Gestão do desenvolvimento local, economia e solidariedade**. Material didático do Curso de Pós-Graduação em Economia Baiana da UNIFACS. Salvador, 2001.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões sub-desenvolvidas**. Rio de Janeiro: Saga, 1972.

NORTH, Douglas. Location theory and regional economic development. In: FRIEDMAN, John; ALONSO, William (ed.). **Regional development and planning**. Cambridge: MIT, 1964.

ODEBRECHT. Aliança com o Adolescente no Baixo Sul da Bahia prioriza a geração de trabalho e renda para jovens a partir da implantação de cadeias produtivas. **Revista Odebrecht Informa**. Disponível na INTERNET via URL: <http://www.odebrecht.com.br/Publicacoes/revista.asp>. Arquivo capturado em 06/05/2002.

OHLIN, Bertil. **Interegional and international trade**. Cambridge: Harvard University Press, 1967.

OLIVEIRA, Francisco. **Elegia para uma Religião**. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

PAELINK, Jean. A teoria do desenvolvimento regional polarizado. In: SCHARTZMAN, Jacques (org.). **Economia Regional**. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977.

PERROUX, François. **A economia do século XX**. Lisboa: Herder, 1967.

PREBISH, Raul. **Problemas teóricos y prácticos del desarrollo económico**. Santiago: Cepal, 1950.

SALAMON, Lester; ANHEIER, H. 1992. In search of the non-profit sector: the questions of definitions. **Voluntas**, Manchester, v.3, n.2, p.125-151, 1992.

SILVA, S.C.B. de M. Teorias de localização e de desenvolvimento regional. **Geografia**, Rio de Claro, v.1, n.2, p.1-23, out.1976.

SOUZA, Raymundo Fonsêca. As ONGs e o Setor Agrícola. **A Tarde**, Salvador, 18 mar. 2002.

TIEBOUT, Charles M. Exportações e o crescimento econômico regional. In: SCHARTZMAN, Jacques (org.). **Economia Regional**. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977.

WOLFE, Alan. Three paths to development: market, state and civil society. In IBASE-PNUD. **Development international cooperation and ONG**. Rio de Janeiro: IBASE/PNDU, 1992.